

## OS AIKEWAR (TI SORORÓ) E OS ACORDOS TUTELADOS C/A CVRD.

Iara Ferraz  
antropóloga  
novembro 2005

### Introdução

O processo de avaliação relativo ao desempenho dos acordos firmados com a FUNAI para o repasse de recursos da CVRD destinados à assistência dos chamados 'Surui' da TI Sororó foi iniciado em junho de 2005. No entanto, a decisão relativa a este procedimento fora tomada em setembro de 2004, durante a Oficina para a elaboração de um Termo de Referência, convocada pelo MPF, onde se reuniram em Brasília representantes institucionais (MPF, CVRD e FUNAI), indigenistas e antropólogos.<sup>1</sup>

Este Termo de Referência indicou a designação de um antropólogo para cada etnia - os chamados Gavião da TI Mãe Maria, os Xikrin da TI Cateté e os 'Surui' da TI Sororó -, tendo em vista coordenar o redimensionamento das ações/programas desenvolvidos através dos Convênios/acordos com a CVRD a partir de 2006. No entanto, o que nos levou a empreender a avaliação nesta etapa, ainda em 2005, de transição e em paralelo com o trabalho na TI Mãe Maria foi o convite feito pelos *Aikewar*, diante da necessidade de retomar os encaminhamentos da questão fundiária, ainda pendente.

Assim, a realização e a continuidade deste trabalho estão vinculadas à necessidade de compor uma *equipe de especialistas* (de acordo com o Termo de Referência) para acompanhamento, assim como avaliações sistemáticas de um programa, com atividades coordenadas, contando com a efetiva participação das comunidades indígenas desde a sua elaboração e, mediante a sua expressa concordância, com uma perspectiva antropológica para a compreensão adequada das suas necessidades e os ajustes eventualmente necessários.

A metodologia empregada para a realização deste trabalho de avaliação preliminar foi baseada na análise da documentação disponível, no conhecimento anterior e relações com o grupo, bem como em conversas formais e informais com os integrantes das comunidades das duas aldeias atuais na TI Sororó - *Moroneikó* e *Itahy* - além de reuniões formalizadas e ampliadas, convocadas e coordenadas pelas lideranças indígenas. Estas discussões conjuntas contaram, em agosto, com a valiosa colaboração do antropólogo da PGR em Marabá.

<sup>1</sup> Através da Procuradoria Geral da República no município de Marabá, em outubro último foi obtida a versão final deste TR, quando esta etapa da avaliação estava sendo concluída, através de contrato de consultoria antropológica à *Associação Indígena Parkatêjê Amjip Târ Kaxiwa*.

## 1. Filiação linguística/cultural e localização

*Aikewara*, ou *Aikewar*, “nós”, “a gente” é a autodenominação deste grupo tupi do leste amazônico, pertencente a um ramo da extensa família linguística tupi-guarani, que inclui também, com diferenças dialetais, as línguas Tapirapé, Avá-Canoeiro, Akuáwa-Asurini do Tocantins (Trocará), Parakanã, Tenetehara (conhecidos como Guajajara) e os Tembé.

Foram chamados “Surui” pelos dominicanos que estabeleceram com eles os primeiros contatos amistosos em meados da década de 1950. Todos os *Aikewar* falam o próprio idioma, sendo que a língua portuguesa é muito utilizada nas relações interétnicas como língua franca, tanto com os *kamará* (não indígenas) como com outras etnias com as quais se relacionam, como os *Parkatêjê* em Mãe Maria. Desde que a escola municipal foi instalada na aldeia *Moroneikó* é possível observar o uso mais freqüente da língua portuguesa - muitas vezes em prejuízo do bilingüismo -, sobretudo entre os jovens e as crianças, ou seja, a maioria da população atual.

A Terra Indígena Sororó está localizada nos municípios de São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia (de onde dista 50 km), na região sudeste do estado do Pará. Mas as suas relações estão mais voltadas para Marabá, onde se situam os comerciantes, compradores de castanha e a administração regional da FUNAI. A denominação Sororó, conferida primeiramente ao posto da FUNAI (instalado em 1973) e depois à Terra Indígena, refere-se à localidade em que os *Aikewar* tiveram aldeamento, a noroeste da atual localização, o rio Sororó, formador do rio Itacaiúnas, afluente da margem esquerda do médio Tocantins.

Com uma população atual de 279 indivíduos (ver adiante - cf. APITO/FUNASA, setembro 2005), estão distribuídos em duas aldeias – *Moroneikó*, localizada desde 1998 a dois km da rodovia BR-153 (que corta a porção leste da Terra Indígena) e *Itahy*, formada em 2003, junto ao igarapé Gameleira, no limite sul da área, a cerca de 700 metros da rodovia.

A BR-153, antiga OP-2 (Operacional), foi construída pelo Exército em 1972, para facilitar o deslocamento de tropas e material destinados ao “combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia”, conforme ficou conhecido, deflagrado naquela região entre o final da década de 60 e início dos anos 70. Em 1981, atendendo a interesses políticos regionais, este ramal da rodovia Transamazônica foi ampliado (pelo Batalhão de Engenharia do Exército) e teve o seu traçado alterado, cortando a porção oriental da TI Sororó (que se encontrava em processo demarcatório), passando a se chamar PA-153.

Em 1998, a rodovia foi federalizada e pavimentada, mais uma vez sem que tivessem sido previamente realizados o estudo de impacto ambiental ou de alternativa para um eventual desvio do seu traçado. Apenas um laudo antropológico foi elaborado *a posteriori*, a pedido da Procuradoria Geral da República em Belém (e depois em Marabá), a fim de estabelecer parâmetros e subsidiar as “compensações mitigatórias” aos *Aikewar*, sob a forma de um Termo de Ajustamento de Conduta com o governo do estado do Pará, então responsável pela execução das obras.

A não observância do TAC levou ao ingresso de uma ação civil pública: muitas das ações devidas ao governo do estado do Pará não tinham sido implementadas, dentre elas a principal reivindicação dos *Aikewar* de construção de novo aldeamento, com casas de madeira (as casas de palha atuais são muito vulneráveis a incêndios). Esta ação teve sentença de indeferimento, proferida em julho de 2005 pela Justiça Federal de Marabá. Os *Aikewar* solicitam recurso, tendo voltado a apelar para a Procuradoria Geral da República, em Belém, que acompanhara as negociações e a formulação do TAC inicial.

## 2. Breve histórico e a questão fundiária

De acordo com os registros históricos, os *Aikewar* permaneceram sempre no seu *habitat* original, a porção contornada pelo baixo rio Araguaia, em sua margem esquerda, próxima à foz do rio Tocantins (os mais velhos mencionam o atual distrito de Apinajés como a sua “fronteira” norte) e o rio Vermelho a oeste (afluente do Itacaiúnas). Essa região tem como limite sul a Serra dos Martírios / Andorinhas, no município de São Geraldo do Araguaia que, além de ser uma importante referência geográfica na região, com suas formações caracterizadas pelos murais de pinturas rupestres, é considerada pelos *Aikewar* como sua área originária. Conforme as narrativas dos integrantes mais velhos do grupo, de lá teriam se dispersado em direção noroeste, chegando ao Araguaia, onde encontraram os *Karajá* (com os quais se aliaram e se casaram),<sup>2</sup> até alcançar o rio Vermelho, de onde a ocupação dos Xikrin-Kayapo (seus inimigos) os fez recuar.

Esta foi sua área de perambulação até a primeira metade do século XX, quando a região do baixo Araguaia começou a ser ocupada por garimpeiros de cristal de rocha, intensificando-se desde então as pressões sobre os *Aikewar* e seu território, confinando-os na atual localização, nas cabeceiras do chamado Grotão dos Caboclos (ou *Ipirahyeté*).

A história das relações dos *Aikewar* com os *kamará* é relativamente recente: os contatos pacíficos definitivos com os dominicanos da Prelazia de Marabá ocorreram ao final dos anos 50, quando os embates com os “donos de castanhais” se acirravam. Incêndios de aldeias inteiras, correrias, tiroteios, mortos e feridos: são estas as trágicas lembranças dos mais velhos, hoje, em relação “ao tempo do Cariolano” (então conhecido ‘caçador de índios’ na região) ao qual se sucederam os “donos de castanhais” Almir Moraes e Antonio Braga.

Nestes últimos cinquenta anos, as transformações nesta região são marcadas pelos intensos conflitos fundiários; e o território *Aikewar*, pela sua localização, esteve no centro geográfico destas disputas. A baixa densidade populacional na região e o relativo isolamento atravessou toda a década de 60, quando os dominicanos os assistiam, levando-lhes roupas e medicamentos.

No início dos anos 70, a assistência da FUNAI foi estendida aos *Aikewar* em função da ocupação militar na região. Após anos de silêncio sobre a violência então praticada, quando foram utilizados como mercenários (episódios traumáticos dos quais ouvem relatos dos mais velhos), os *Aikewar* aguardam uma reparação. Hoje, as jovens lideranças, ao

<sup>2</sup> *Karajá* passou a ser o nome de um dos clãs *Aikewar*.

mencionarem estes fatos trágicos de sua história recente, reafirmam a necessidade da recuperação territorial de porções significativas que lhes foram subtraídas por ocasião da demarcação oficial da Terra Indígena, devido a interesses políticos locais. Apesar dos estudos para a revisão dos limites territoriais, realizados em 1985 (Portaria FUNAI n.1831), durante a vigência do Convênio 059/82 (CVRD e FUNAI, durante a implantação da EFCarajás) - e da área então proposta de cerca de 50 mil hectares - devido a uma sucessão de equívocos político-administrativos, a TI Sororó acabou sendo homologada com uma área de apenas 26.257 hectares.

Por solicitação dos *Aikewar*, em novembro de 1999, com recursos do Programa de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPG-7), foram retomados mais uma vez os estudos antropológicos para identificação da área excluída com a demarcação de 1983, abrangendo antigas aldeias e cemitérios, castanhais importantes, áreas de capoeira, de caça, reservas de argila para a confecção das panelas.<sup>3</sup> A “Gleba Tuapekuakau” foi então reidentificada com uma área de acréscimo de 11.500 hectares e é objeto de processo administrativo paralisado na Divisão de Assuntos Fundiários (DAF/FUNAI), desde a conclusão do estudo, em dezembro de 2003.<sup>4</sup>

Todavia, os *Aikewar* requerem agora à FUNAI uma nova revisão territorial, pois com a paralisação do processo reiniciado, a proposta encontra-se defasada em relação à situação atual. A revisão realizada no ano de 2000, através do PPTAL, também não satisfaz o seu pleito original, pois foram mais uma vez excluídas áreas consideradas importantes, como cemitérios e antigas aldeias, sobretudo na porção norte da TI Sororó.

Em muitas ocasiões o Ministério Público Federal foi acionado, a pedido dos *Aikewar*, para acompanhar, em termos institucionais, os processos relativos à questão fundiária da TI Sororó. Os procedimentos foram sendo sucessivamente adiados por falta de respostas das agências governamentais envolvidas. O processo administrativo paralisado na FUNAI vem sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal como um caso de omissão explícita do poder público, fazendo diminuir, a cada ano, as chances de um presente e de um futuro com dignidade para os *Aikewar*.

Atualmente, o eixo da rodovia BR-153 com tráfego intenso de cargas pesadas que se destinam ao estado do Tocantins vem trazendo toda a sorte de violência para os *Aikewar*. No interior da Terra Indígena, as margens da rodovia se transformaram em depósitos de lixo e cadáveres, sem acostamento ou sinalização adequada e estão sujeitas a incêndios na estação seca, a cada ano com maior intensidade, resultando em danos cumulativos para os *Aikewar*. Estes fatores resumem o contexto atual em que vivem, confinados a um exíguo território e com crescimento populacional acentuado (ver adiante).

<sup>3</sup> Os vestígios de artefatos cerâmicos, datados de cerca de 1500 anos, encontrados nas escavações recentes em Canaã dos Carajás (PA) pela equipe de arqueólogos do Museu Paraense Emilio Goeldi foram identificados pelos *Aikewar* (através de fotografias), como pertencentes a eles, o que evidencia a extensão – e antiguidade – da sua ocupação territorial na margem direita do baixo Araguaia.

<sup>4</sup> Através de convênio FUNAI-INCRA, a área proposta aguarda levantamento fundiário dos ocupantes não indígenas, para fins de reassentamento; em seguida, a publicação no DOU da Portaria de Identificação e Delimitação dará prosseguimento ao processo administrativo de demarcação da terra indígena.

## 2. Acordos tutelados

Ao analisar os documentos relativos aos acordos firmados, verificamos que um primeiro instrumento utilizado foi um Acordo de Cooperação n. 001/2002, firmado em 01.01.2002, entre “a Comunidade do povo *Aikewara* assistida pela FUNAI e a CVRD”, inicialmente por um período de um ano, tendo fixado a quantia destinada ao denominado “Projeto Socioambiental Surui Sororó”, com assistência da empresa SOMEC, sediada em Marabá, que havia elaborado o projeto. Compreendia ações voltadas para “atividades produtivas”, “vigilância” e “educação ambiental”, com ênfase em gerenciamento e curso de capacitação. Não tive conhecimento de relatórios de acompanhamento ou avaliação destas atividades.

Um segundo Acordo de Cooperação (n. 002/2003) foi firmado em 20.06.03, desta vez entre a CVRD e a FUNAI, alegando o fim da vigência do antigo Convênio 059/82, destinado ao apoio financeiro da CVRD às comunidades situadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Atendendo a pedido da FUNAI como “contribuição com parcela de recursos necessários ao desenvolvimento da comunidade indígena Suruí (Terra Indígena Sororó)”, o objetivo deste acordo consiste em repassar recursos financeiros - não “por mera liberalidade”, conforme o Acordo, como mas por força da Resolução n. 331 do Senado Federal, datada de dezembro de 1986 - para que a FUNAI possa gerir sua aplicação em “projetos estruturantes” sem, no entanto, definir esta categoria. Tanto o valor dos recursos (trezentos mil reais ao ano), quanto o período (por cinco anos) foram estabelecidos de modo arbitrário, sem a participação dos *Aikewar*.

Há neste acordo uma cláusula potencialmente prejudicial às atividades e as relações daí decorrentes: “A CVRD, a seu exclusivo critério, poderá diminuir os valores de repasse anual, de forma a enquadrá-los aos seu orçamento de custeio” (cl. 2<sup>a</sup> alínea c). Deste modo, a empresa se isenta do compromisso social, sem levar em conta as reais necessidades da comunidade *Aikewar* no que diz respeito ao emprego destes recursos.

A utilização de mecanismos que *prescindem da participação efetiva da comunidade indígena* reedita um modelo indigenista de gestão de recursos que se acreditava superado, em que a renda indígena está incluída no “patrimônio indígena” (gerido pela Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente /CGPIMA), e os indígenas são tratados como ‘relativamente incapazes’, tutelados pelo Estado, visão legalmente modificada a partir da Constituição de 1988. O estabelecimento de instrumentos desta natureza fez com que recursos de origem privada (CVRD) tenham sido tornados públicos e, portanto, sujeitos a expedientes burocráticos injustificados; ou seja, a parcela solicitada à CVRD para os *Aikewar* tornou-se “renda indígena” quando, na verdade, diz respeito a um compromisso da empresa, estabelecido conforme Resolução do Senado Federal (n. 331, de dezembro de 1986).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Este foi um aspecto enfatizado em um relatório à CVRD (Santilli e Laraia, 1996), elaborado a seu pedido, para nortear as ações indigenistas da empresa diante da então iminência de sua privatização.

X  
Desde 2002, estabeleceu-se um longo caminho burocrático para que os recursos chegassem ao seu destino original - a comunidade *Aikewar* da TI Sororó - muitas vezes atrasados em relação à época prevista para a sua utilização, como no caso de limpeza das picadas demarcatórias, não realizada neste ano. Embora os *Aikewar*, com apoio da AER-FUNAI Marabá, tenham fundado a sua Associação em 2001, com vistas à gerência de recursos e projetos de maneira autônoma, neste caso foram deliberadamente excluídos das negociações havidas entre a FUNAI e a empresa, do que decorre a sua exclusão no planejamento e gestão de recursos que lhes são destinados. Solicitam uma revisão deste Acordo e desta sistemática, defendendo o seu direito de se constituírem em sujeitos de suas ações, contando com o apoio da CGPIMA/FUNAI, em Brasília, conforme declaração pessoal de seu coordenador.<sup>6</sup>

Esta mudança vai assegurar aos integrantes da comunidade as condições para uma gestão progressiva e direta de recursos que lhes são destinados. Durante estes anos, não houve a realização de oficinas de treinamento, formação, capacitação no setor administrativo para os integrantes da comunidade (conforme estava previsto), com a colaboração direta dos atuais gestores dos recursos, a AER-FUNAI Marabá.

Um esforço neste sentido foi realizado em setembro último, quando a prestação de contas relativa a 2005 foi publicamente apresentada pelos servidores da AER-FUNAI em reunião na aldeia *Moroneikó*, com a presença de muitos de seus integrantes, mulheres e jovens, juntamente com as lideranças. Seus resultados pareceram muito satisfatórios quanto ao interesse e empenho de todos em promover as mudanças necessárias.

## 2.1. "Projetos estruturantes"

Através do segundo Acordo de Cooperação, a discussão sobre o significado de "projetos estruturantes" poderia ter sido mais cuidadosa ao considerar especificidades culturais, conferindo um caráter participativo ao processo decisório. O apoio restringiu-se a projetos de caráter econômico, elaborados por empresas de consultoria locais (travestidas de ong's), sem acompanhamento antropológico ou avaliação qualitativa durante o seu desenvolvimento. Foram excluídas áreas de atuação igualmente "estruturantes", como educação diferenciada, saúde e saneamento.

A classificação como "projeto estruturante" parece ter tido um caráter estritamente econômico, visando a melhoria das fontes de abastecimento alimentar - diante da escassez crescente de recursos naturais na TI Sororó, como a caça e a coleta de castanha. Deste modo, foram introduzidas algumas atividades não tradicionais - como avicultura, apicultura e piscicultura - concebidas através de projetos elaborados por empresas externas e desenvolvidas praticamente por pessoas contratadas por ela; tiveram um caráter

<sup>6</sup> No decorrer desta avaliação, fomos informados que a Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente/FUNAI está promovendo uma auditoria contábil para revisão processual-administrativa de todos os seus recursos, tendo em vista o estabelecimento de um sistema integrado, tendo em vista maior participação das comunidades indígenas na sua gestão.

relativamente demonstrativo no interior da comunidade, onde o envolvimento dos seus integrantes limita-se a alguns poucos rapazes (deve-se perguntar o *por quê* desta situação).

Os projetos de apicultura e piscicultura, por exemplo, implementados entre os *Aikewar* com os recursos oriundos deste Acordo de Cooperação contaram com apoio técnico e financeiro sem, no entanto, dispor de assessoria antropológica em nenhum momento de sua concepção ou mesmo realização. Esta perspectiva chama a atenção para o fato de que a introdução de novas atividades econômicas no modo de vida de uma sociedade indígena específica deve considerar a existência de um sistema de organização social e as suas regras internas de divisão de trabalho (de acordo com uma divisão clânica, no caso dos *Aikewar* contemporâneos), em que aspectos simbólicos também estão presentes (a cosmologia *Aikewar* atribui um conjunto de significados às espécies animais, determinando regras de comportamento em relação a elas).

As atividades tradicionais, voltadas para a agricultura familiar, o fabrico da farinha de mandioca, as caçadas, pescarias e a coleta de frutos nativos (também para comercialização), são acompanhadas de seus ciclos cerimoniais particulares; assim, por pressão das relações com segmentos diferenciados da sociedade não indígena, a introdução de novas atividades requer um tempo mais prolongado de maturação das idéias, envolvimento das pessoas e apropriação em seu ciclo de atividades já existentes. As “atividades produtivas” têm, para as sociedades indígenas, um significado distinto daquele que figura, muitas vezes, em projetos externos, sobretudo quando elaborados por empresas/ongs que não dispõem de conhecimentos acumulados. Assim, a necessidade de monitoramento técnico sistemático, formação e treinamento de agentes no interior da comunidade estão aliados a processos internos mais sutis e, por isso, suscetíveis de melhor compreensão, contando com mediações mais adequadas.

Nestes últimos anos, na aldeia *Moroneikó*, ao lado do incentivo à agricultura tradicional, as experiências de projetos fracassados (avicultura) ao lado do apoio a atividades relativamente bem sucedidas (piscicultura, apicultura e pecuária em pequena escala), com uma participação diferenciada dos integrantes da comunidade vêm assegurando o suprimento de condições alimentares mais satisfatórias, se comparadas a um período anterior.

A cisão havida com a formação da aldeia *Itahy*, em junho de 2003, conforme explicitado por seus integrantes, teve o objetivo de fiscalizar melhor o limite sudoeste da TI Sororó, onde está situada; no entanto, considerada *mestiça* pelos componentes da aldeia *Moroneikó*, os moradores de *Itahy* não tiveram acesso aos recursos disponibilizados através da CVRD durante este período. Contaram apenas com um pequeno apoio da verba orçamentária da AER-FUNAI Marabá para aquisição de ferramentas e perfuração de um poço amazônico. Constituíram uma entidade própria, a *Associação Hemussó'og*, que obteve registro oficial em agosto de 2005 e pleiteiam apoio para o desenvolvimento de atividades agrícolas - produção de farinha de mandioca também voltada para comercialização -, assim como assistência à saúde.

### 3. Saúde e Saneamento

Face ao acentuado crescimento populacional (ver Quadro abaixo) e a escassez crescente de recursos naturais (sobretudo água potável), as condições sanitárias atuais dos *Aikewar* da TI Sororó denunciam a precariedade da assistência de saúde prestada pela FUNASA/MS, através do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (com sede em Belém) e do Pólo-Base em Marabá, em convênio com a Associação dos Povos Indígenas do Tocantins.

Já não se verificam na TI Sororó os casos de desnutrição infantil registrados até 2004 e o mapas vacinais estão atualizados. No entanto, a ausência de tratamento de água nas aldeias, a proximidade das fossas sanitárias, a população crescente de roedores (decorrente da destinação inadequada de detritos), a inexistência de medicamentos específicos por períodos prolongados - e comuns, em se tratando de comunidades indígenas (para verminose, por exemplo) -, acabam por se traduzir em quadros epidêmicos. Em setembro último, cerca de 50% da população sofria de amebíase, havia um caso grave de leptospirose (uma mulher de 33 anos) e o diagnóstico de outro (seu marido, com 37 anos), ambos internados em Belém. Esta situação exemplifica a precariedade da atual assistência da FUNASA às populações indígenas, de um modo geral.

A população se ressentida da ausência de acompanhamento médico sistemático e da rotatividade das técnicas de enfermagem (substituídas a cada 20 dias), o que se traduz em descontinuidade da realização de ações preventivas, falta de medicamentos e de assistência adequada, sobretudo médico-hospitalar (recorrem ao SUS em São Geraldo do Araguaia, a 50 km da aldeia), cujo atendimento consideram mais razoável do que em Marabá. As instalações para abastecimento de água potável e a construção das fossas sépticas no novo aldeamento deverão contar com apoio da CVRD, dados a morosidade e o descaso da FUNASA.

Apesar de um conjunto de condições materiais desfavoráveis, o crescimento populacional se acentuou nos últimos anos devido a uma política demográfica própria que incentiva as gestações. Os *Aikewar* contam atualmente com uma população de 299 indivíduos (ver Quadro 1 abaixo); uma família Guajajara e dois homens Parakanã se incorporaram através de casamentos, assim como cinco mulheres não-indígenas na aldeia *Moroneikó*.

**Quadro 1 – População *Aikewar* distribuída por faixas etárias**

Faixa etária	<i>Aikewar</i>		Outras etnias*		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	35	31	-	2	1	1
6-10	16	19	1	1	-	1
11-20	33	37	2	2	1	-
21-30	21	23	2	4	2	-
31-40	14	9	-	1	-	-
41-50	4	2	1	1	2	2
51-60	4	6	-	-	-	-
61-70	2	1	-	-	-	-
71-80	-	4	-	-	-	-
+ 81	-	1	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	129	133	6	11	6	4
<b>TOTAL</b>	<b>262</b>		<b>17</b>		<b>10</b>	

Fonte: Equipe local de saúde. Setembro 2005.

\*Guajajara e Parakanã (Paranatinga).

OBS.: não está registrada aqui a população total da aldeia Itahy.

#### 4. Educação escolar

Na aldeia *Moroneikó* funciona uma escola de 1.o grau como extensão de uma Escola Municipal de São Geraldo do Araguaia, em que os professores contratados (quatro) estão sem receber seus proventos há alguns meses. Eles mesmos são os primeiros a perceber o seu despreparo para desenvolver um trabalho de educação diferenciada junto a uma sociedade indígena. Há necessidade de materiais didáticos mais apropriados e apoio para alimentação aos estudantes do 2.o grau, que vão diariamente a São Geraldo do Araguaia (com transporte da prefeitura).

Duas professoras indígenas são contratadas pela Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará (SEDUC), que oferece dois cursos anuais de formação em serviço, em Marabá. A atividade educacional na TI Sororó requer maior atenção, buscando integrar ações entre estado e município, até que se consiga promover a escola ao nível estadual, onde existem melhores condições para a realização do trabalho educacional diferenciado, considerando as especificidades culturais da sociedade indígena, como garante a Constituição Federal.

#### 4. Vigilância / proteção ambiental

Com os recursos disponibilizados através da CVRD, a limpeza das linhas secas limítrofes da atual TI Sororó não vem sendo realizada regularmente. Não há um plano operativo de fiscalização territorial, com expedições sistemáticas aos limites da terra indígena, acompanhadas por representantes da FUNAI (a nível local, o chamado “chefe do posto” tem sido substituído com frequência).

Mais uma vez, nesta estação seca, porções significativas daquela área foram destruídas com incêndios provocados, sobretudo ao longo da rodovia BR-153 que atravessa a porção sul da TI Sororó, recentemente pavimentada – e não indenizada aos *Aikewar* conforme o TAC estabelecido em 2001 a título de “mitigações compensatórias”.

No entorno da TI Sororó verifica-se um grau acentuado de degradação ambiental, com sinais evidentes de desertificação, como extensos areais e escassez de recursos hídricos. O afugentamento da caça e dos insetos polinizadores se traduzem atualmente na escassez crescente de animais e frutos silvestres, base da dieta alimentar dos *Aikewar*, de grande importância também para as suas atividades cerimoniais. Esta situação preocupante decorre da predominância, , do modelo predatório de ocupação em toda aquela região, quando “fazendas” começaram a substituir o chamado “polígono dos castanhais”, acentuada ao final da década de 80, onde a pecuária e as pastagens tomaram o lugar das florestas de terra firme, com violência contra os seus habitantes originários.

## 5. Educação ambiental e gerenciamento de projetos

No âmbito do projeto apresentado, essas atividades não foram realizadas. Esta lacuna possivelmente resultou da ausência de debates qualificados quando da elaboração de “projetos” por empresas locais, conforme mencionado.

Desde a constituição da *Associação Indígena do Povo Aikewara*, com o incentivo da AER-FUNAI Marabá (2001), assim como a sua operacionalização (através dos recursos do projeto do PDPI, ali desenvolvido entre 2002 e 2005), os jovens integrantes da comunidade *Aikewar* já poderiam estar mais familiarizados com gerenciamento de projetos através de cursos e oficinas voltados para formação e treinamento, assim como em habilidades técnicas, buscando integrar melhor as atividades, também com as práticas escolares e de saúde.

A “educação ambiental” deve se alinhar aos conhecimentos tradicionais dos *Aikewar*, requerendo por isso pesquisa e acompanhamento sistemático e qualificado. Algumas iniciativas governamentais atualmente estendidas às sociedades indígenas (como “Esporte Solidário”, por exemplo), também apresentam esta lacuna.

## II – Recomendações para 2006 (indicadores para renovação de programa plurianual)

X - Progressiva administração direta pela *Associação Indígena do Povo Aikewara*, dos recursos atualmente disponíveis através da CGPIMA/FUNAI que, em setembro de 2005, manifestou seu apoio a esta iniciativa (seus esforços concentram-se na desburocratização da “renda indígena”, resultando na participação efetiva dos integrantes das comunidades na gestão de seus próprios projetos, conferindo-lhes autonomia).

- Treinamento dos integrantes das Associações Indígenas para gerenciar recursos financeiros/projetos através de oficinas (em eventual parceria com “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas”, do Ministério do Meio Ambiente) e da colaboração mais efetiva da AER-FUNAI Marabá.

- Os conhecimentos novos demandam processos distintos para se alinharem às atividades tradicionais, implicando em mudanças substantivas ligadas ao tempo necessário para a sua realização – atividades como agricultura e seus ciclos cerimoniais, caça e coleta e a distribuição sazonal e social dos integrantes dos grupos (de acordo com as divisões clânicas). Importância da continuidade de assessoria técnica qualificada (contratação por prestação de serviços, através das Associações Indígenas).

- Apoio (bolsa de estudos) aos integrantes da comunidade *Aikewar* que cursam o 2.o grau na cidade, até que haja disponibilidade deste segmento educacional no interior da Terra Indígena. Apoio à estadualização da educação escolar indígena, com a formação de professores indígenas, ao lado da pesquisa voltada para a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos, que contemplem a diversidade cultural.

x - Os *Aikewar* solicitam que a saúde e o saneamento sejam considerados um “projeto estruturante” no âmbito dos recursos da CVRD, com a implantação do sistema de abastecimento/tratamento de água e saneamento no novo aldeamento (em *Moroneiko*), contratação de uma enfermeira que permaneça na aldeia, assim como assistência médico-hospitalar, aquisição de medicamentos necessários e de um veículo exclusivo para a saúde, proporcionando o seu atendimento com dignidade, fazendo diminuir a distinção existente atualmente em relação à assistência prestada aos outros dois grupos da região, nas TIs Cateté e Mãe Maria.

- Apoio às iniciativas de ambas as aldeias, voltadas para as atividades econômicas, implantação de um sistema de fiscalização territorial e proteção ambiental. Os incêndios e a diminuição drástica dos recursos naturais aumentam o grau de dependência de recursos externos até que as alternativas econômicas tenham sido adequadamente apropriadas.

- Realização de inventário e recuperação de espécies (fauna e flora): retomar coleta de sementes e produção de mudas (projeto silvicultura), tendo por objetivo a recuperação das áreas atualmente degradadas no interior da TI Sororó e visando a ampliação territorial.

x - Apoio formal da CVRD à conclusão do processo de revisão e ampliação do território dos *Aikewar*. É urgente a resolução desta pendência político-administrativa com nova revisão dos limites da TI Sororó e o estabelecimento de um programa específico de recuperação ambiental de todas as porções a serem incorporadas.